



O Sindicato entra em recesso a partir do dia 21 de dezembro na sede e nas macrorregiões, retornando às atividades normais no dia 04 de janeiro de 2016.

Nesse período haverá plantões da direção na sede em Campinas.

Os celulares dos diretores permanecerão ligados para eventuais emergências.

Esta é a última edição no ano de 2015 do *Jornal do Sinergia CUT*.

A publicação volta a circular normalmente a partir de janeiro. Até lá.

Ainda nesta edição especial

Um balanço do ano de 2015 e os desafios para 2016

Avanços nas negociações diretas e várias vitórias judiciais marcam 2015. Cabe agora a todos se preparar para o novo período

Páginas 02 e 03

Governo de SP desiste da Cesp e usinas Ilha Solteira e Jupia são leiloadas

Empresa chinesa arremata hidrelétricas que pertenciam à Cesp por R\$13,8 bi

Página 04

SÓ A AÇÃO PLANEJADA ...

2015 vai chegando ao fim. E foi assim durante todo esse ano: planejamos, debatemos, negociamos, enfrentamos, resistimos e decidimos os melhores rumos sempre ao lado dos trabalhadores que são o Sindicato de verdade. E, apesar dos acontecimentos que abalaram a economia e a política internacional e nacional, apesar também do retorno das privatizações com a venda de 29 hidrelétricas, incluindo Ilha Solteira e Jupia, o balanço geral neste 2015 ainda é positivo, com avanços nas negociações diretas e várias vitórias judiciais quando as empresas insistem na intransigência...

CS 2015: patrão é patrão em qualquer canto...



É fato que o maior enfrentamento durante o ano ocorre durante as negociações da Campanha Salarial, diante das várias tentativas das empresas em retirar conquistas que resultaram de

muita luta.

É o caso da Política de Emprego, conquista dos tempos pré-privatização que se transforma em alvo preferencial de retirada das empresas todos os anos. É o caso também do aumento real de salários e da PLR, reivindicações prioritárias diante dos altos lucros dos empresários.

Mas o balanço final neste ano de 2015 foi positivo nas mesas de negociação. Pelo menos no que se refere aos ACTs negociados e fechados com o

Sinergia CUT. Veja só alguns exemplos: **... SINDICATOS É QUE SÃO DIFERENTES!**

CESP: no final de julho passado, após três rodadas da Campanha Salarial 2015, o Sinergia CUT conquistou na mesa 8,6% de reajuste nos salários e benefícios e, 9% sobre o VA/VR.

As demais entidades sindicais, que também negociaram com a até então estatal paulista, acabaram por levar a vantagem e assinaram esse mesmo acordo.

Já na **EMAE**, em que o governo paulista também é o patrão, as conquistas foram menores. Aqui, por questões de base territorial, o Sinergia CUT não negocia e nem assina ACT. E o reajuste alcançado pelos outros sindicatos não passou dos 7,6%.

Outro exemplo que evidencia a diferença entre a capacidade de intervenção das entidades que representam os trabalhadores nas mesas de negociação é a Tietê e a Eletropaulo, elétricas

paulistas do grupo AES.

Na **AES TIETÊ**, em que o Sinergia CUT negocia, os trabalhadores garantiram no ACT reajuste salarial de 8,47%, reajuste do VR de 8,2% e do VA de 14,52%, um abono de R\$ 1.100 e manutenção de cláusulas e direitos já conquistados.

Na **AES ELETROPAULO**, empresa em que o Sinergia CUT não negocia, o reajuste salarial foi de 8,2%, vale-alimentação de 14,52% e nos demais benefícios e tabelas de participação o reajuste foi de 8,2%.

E o que falar com relação à Campanha Salarial 2015 na **CTEEP**? O reajuste aqui foi de 8,2%. Mas, durante o processo negocial, algo peculiar aconteceu e merece ser lembrado:

A transmissora apresentou uma proposta que previa a retirada dos benefícios do VA/VR para os afastados por auxílio doença após 90 dias a partir de janeiro próximo. Dessa forma, a proposta prejudicaria em cheio todos os traba-

lhadores. Mesmo assim, ela foi aprovada pelos demais sindicatos.

O Sinergia CUT, por sua vez, realizou assembleias em sua base e alertou os trabalhadores sobre os prejuízos que teriam caso a proposta fosse aprovada... e ela foi rejeitada pela maioria. O Sindicato enviou carta para a empresa solicitando a reabertura das negociações. A resposta foi um grande NÃO!

Ao ter ciência de que a categoria iria cruzar os braços em busca de melhor hora em cláusulas do Acordo, o diretor de RH da empresa, que estava em Bogotá na Colômbia, entrou em contato com a presidência do Sindicato propondo alteração na cláusula do VA/VR. E uma nova proposta foi apresentada, com avanço no item que era considerado o pivô do impasse.

CONCLUSÃO

União da categoria com disposição para a luta aliada à capacidade de negociação na mesa resultam em ACTs vitoriosos. Juntos, à vitória em 2016!

Assinado acordo para novo formato de operação das usinas da AES Tietê

Acordo põe fim ao trabalho isolado. Valeu a luta!

O Sindicato assinou, em 25 de novembro passado, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) referente ao novo formato de operação das usinas da AES Tietê, tendo como princípios o emprego, a manutenção dos direitos adquiridos, indenizações, majoração salarial, dentre outros. A vigência desse acordo é de cinco anos.

O pagamento da 1ª parcela para aqueles trabalhadores da usina de apoio será efetuado em 18 de dezembro próximo. Para os demais operadores que terão majoração salarial, o valor será creditado até 30 dias após a implementação do novo processo de trabalho.

Atendendo à reivindicação do Sindicato, a AES se comprometeu a publicar os prazos para as reuniões com os trabalhadores visando informá-los sobre o novo processo de trabalho e eventuais transferências.

Essa proposta de acordo amplamente negociada entre empresa e Sindicato foi aprovada por ampla maioria pelos trabalhadores em assembleias realizadas em outubro passado.

Ações de reintegração na Elektro e na Cesp

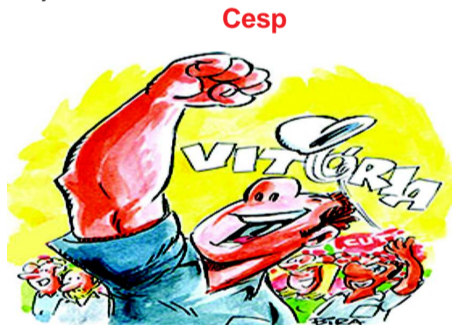
O Sindicato encerrou, em meados de maio deste ano, um processo de reintegração movido contra a Elektro. Para a entidade sindical, essa medida judicial foi mais uma vitória na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Em setembro de 2012, a Elektro demitiu vários agentes de atendimento presencial e, também os leituristas do Grupo A, alegando reestruturação organizacional para os admitidos antes de dezembro de 2008 e, simplesmente demissão para os contratados após janeiro de 2009. Tudo isso sem informação e discussão prévia com o Sindicato, conforme previsto no Acordo Coletivo vigente (cláusula 29ª). Isso aconteceu após a Elektro ser eleita "a melhor empresa para se trabalhar". Entre 22 de novembro e 10 de dezembro de 2012 ocorreram audiências judiciais.

Somente em janeiro de 2014 a juíza proferiu sentença, julgando procedente em parte a ação proposta pelo Sindicato com Tutela Antecipada, onde a decisão deveria ser cumprida.

No dia 15 de outubro de 2014, por solicitação da empresa, foi realizada reunião entre as partes para tratar do processo. A partir daí, a Elektro apresentou várias propostas de indenização que foram amplamente debatidas com os trabalhadores impactados. Na última proposta, a maioria ampla deliberou em assembleia pela indenização e encerramento do processo.

O valor total da indenização foi de R\$ 2.678.083,00, dividido em duas parcelas iguais de R\$ 1.339.041,50 cada. A primeira foi paga em 20 de maio de 2015 e, a segunda foi efetuada em 1º de junho de 2015.



Em julgamento de Recurso Ordinário, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas manteve decisão favorável para reintegrar os trabalhadores demitidos da Cesp em 2011/2012, mas, alterou algumas condições. Trata-se do processo 899-45.2012.5.15.0095

Em julgamento de Recurso Ordinário, o TRT de Campinas manteve decisão favorável para reintegrar os trabalhadores demitidos da Cesp em 2011/2012, mas, alterou algumas condições.

Inicialmente, o Tribunal entendeu que a cláusula normativa de Gerenciamento e Pessoal deve ser aplicada à base territorial do Sindicato. Ou seja, o percentual de rotatividade deve ser calculado sobre o número de trabalhadores constante na base territorial

do Stieec.

Dessa forma, para o TRT, a Cesp demitiu 11 trabalhadores a mais do que poderia demitir, segundo os critérios da Cláusula de Gerenciamento de Pessoal, razão pela qual e considerando seu poder diretivo poderá escolher dentre os demitidos elencados os 11 que ela pretende reintegrar.

O Tribunal facultou a transformação do direito de reintegração em indenização, caso não haja mais condições de reintegração após o trânsito em julgado. Não fixou critérios para tanto, nem tampouco critérios para escolha da empresa, pois entendeu que face a seu poder diretivo ela poderá escolher livremente os 11 trabalhadores que deverão ser reintegrados.

Recorrer

O Sindicato irá recorrer da decisão ao TST, posto que defende nos autos que a cláusula coletiva não prevê nenhuma possibilidade de livre demissão. Assim, nenhum dos trabalhadores poderia ser demitido. O TRT afastou conflito entre processo individual e coletivo, ou seja, conforme defesa do Stieec o processo coletivo não pode prejudicar o individual.

Mais: o Stieec questiona na Justiça a separação de base territorial, além da questão do número e da livre escolha da empresa de reintegrar 11 trabalhadores. Para o Sindicato, a Cesp deve reintegrar os 19 trabalhadores.

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo.

Sede: Rua Doutor Quirino, 1511 - Centro - Campinas, SP - CEP: 13015-082. **Fones:** Campinas (19)3739-4600 / 0800-171611; São Paulo (11) 5571-6175; SindGasista (11) 3313-5299; Bauru (14)3234-8445; Ilha Solteira (18)3742-2828; Presidente Prudente (18) 3903-5035; Ribeirão Preto (16)3626-8676

Rio Claro (19)3524-3712; Baixada Santista (13)3222-6466; São José do R. Preto (17) 3421-2485; Vale do Paraíba (12)3622-4245;

SindLitoral (13)3422-1940; SindPrudente (18)3222-1986; SindLuz Araraquara (16) 3332-2074

Diretor de Comunicação: Paulo Robin

Redação e diagramação: Débora Piloni (MTb 25172), Elias Aredes Jr. (MTb 26850), Lílian Parise (MTb 13522) e Nice Bulhões (MTb/MS 74)

Fotografia: Roberto Claro **Ilustração:** Ubiratan Dantas

E-mail: imprensa@sinergiaspcut.org.br **Tiragem:** 6.500 exemplares

EXPEDIENTE



... MUDA A REALIDADE

...Cabe agora a todos se preparar para o novo período, analisando a situação do país e do mundo e traçando uma previsão de como agir frente aos desafios e mudanças que acompanham o Sinergia CUT na passagem do ano rumo a 2016. Porque a gente não desiste nunca. Somos brasileiros movidos a uma energia incansável, dispostos à luta para a conquista de uma vida melhor para todos os trabalhadores das empresas energéticas. “Muita luta, garra e esperança são os ingredientes básicos para que alcancemos inúmeras vitórias”, ressalta a direção do Sinergia CUT.

Nas bases da vida

Já diria Milton Nascimento: “todo artista tem de ir onde o povo está”. No caso do Sinergia CUT, “o Sindicato tem de ir onde o trabalhador está”.

E é com essa certeza que, de tempo em tempo, os dirigentes sindicais colocam o pé na estrada e percorrem todo o estado de SP, promovendo centenas de assembleias com a companhia das empresas energéticas.

Números da Caravana

Dessa vez, a visita na base começou em 06 de outubro com agenda até 10 de dezembro (veja algumas fotos ao lado).

Até agora, mais de 15 mil quilômetros foram percorridos pelos sindicalistas que debateram diversos assuntos pertinentes com trabalhadores de pelo menos 76 localidades.

Além de fazer uma avaliação da Campanha Salarial 2015, verificando os avanços e retrocessos das negociações salariais deste ano, foram discutidos outros temas, entre eles, a expectativa dos trabalhadores quanto às ações sindicais colhida na pesquisa realizada, o start para a CS 2016, o leilão das Usinas Jupiá e Ilha Solteira, os últimos acontecimentos do setor, o andamento de processos judiciais e os desafios e pendências dos energéticos.

Organização por local de trabalho (OLT)

As caravanas do Sinergia CUT têm um objetivo certo: despertar na categoria a consciência da necessidade da unidade para defender direitos e garantir conquistas. Porque grande parte das decisões referentes ao mundo do trabalho acontece mesmo nos locais de tra-

balho. Por isso a importância de o Sindicato ultrapassar as portas das empresas, realizando um sindicalismo de dentro para fora.

As entidades sindicais que não priorizam a organização nos locais de trabalho estão destinadas a desaparecer enquanto representação dos trabalhadores. É a OLT que garante maior capacidade de negociar e interferir nas mudanças tecnológicas e organizacionais, visando à qualificação profissional, maior controle sobre o emprego e a defesa dos interesses dos trabalhadores.

“Essa organização tem o poder de aumentar o potencial de mobilização da categoria e é o caminho mais rápido para restabelecer a ligação entre a base e o sindicato. A OLT permite a participação consciente e permanente dos trabalhadores. Esse é nosso alvo. Por isso estamos presentes no dia a dia dos locais de trabalho. Hoje e sempre”, conclui a direção do Sinergia CUT.

CPFL: em um ano, quatro grandes vitórias dos trabalhadores na Justiça

Para os trabalhadores da CPFL, esse ano de 2015 foi marcado por grandes vitórias: finalmente foram finalizados os cálculos dos Acordos Judiciais dos processos referentes à Alteração Contratual da Escala, Divisor de Horas e Periculosidade, cujos pagamentos estão em andamento. O total do passivo é de R\$ 40 milhões! Essa é a maior negociação de passivos na história da empresa. Não bastasse isso, a holding foi condenada, em primeira instância,

a pagar indenização de R\$ 12 milhões aos trabalhadores do Call Center por prática de assédio moral.

Com relação aos três Acordos Judiciais negociados com a CPFL e aprovados em assembleia, estes foram homologados pela Justiça. O da Periculosidade foi homologado em 19 de outubro passado. Após o depósito pela empresa em conta judicial, o Sindicato solicitou à Justiça a liberação do dinheiro, para então fazer o acerto dos trâmites das transferências bancárias com a Caixa Econômica. Assim, a CEF começou a fazer as transferências bancárias autorizadas pelo Sindicato.

O Acordo Divisor de Horas foi celebrado na ação coletiva, onde se pleiteou diferenças de horas-extras em função do Divisor de Horas (Base 200). A publicação da homologação saiu em dia 27 de outubro. Assim, a CPFL depositou o dinheiro na conta judicial em 06 de novembro e o Sindicato também conseguiu liberação da Justiça para movimentar o dinheiro. Com isso, estão sendo efetuados os pagamentos desse processo.

Já o processo da Escala está numa etapa anterior. O mesmo também já foi homologado e a publicação saiu dia 06 de novembro. A empresa fez o depósito dos valores na conta judicial dia 18 de novembro e, até o fechamento desta edição, o Sindicato continuava lutando pela liberação dos valores para que a Caixa Econômica faça as transferências aos trabalhadores.

Assédio moral é condenado!

Em setembro passado, a decisão do juiz da 5ª Vara do Trabalho de Campi-

nas atendeu aos pedidos da ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em Campinas e condenou a CPFL Paulista e a CPFL Piratininga ao pagamento de uma média de R\$ 12 milhões de reais de indenização por prática de assédio moral coletivo.

O Sindicato participa da ação na condição de assistente litisconsorcial (parte interessada). A decisão é de primeira instância, cabendo recurso.

Esta ação do MPT teve como objeto o assédio moral e processual praticados pela CPFL a partir de quando foi concedida a tutela antecipada na ação coletiva movida pelo Stieec/Sinergia CUT em novembro de 2010 para impedir o fechamento do Call Center e a dispensa dos trabalhadores.

Na época, o Sindicato entrou com ação na Justiça e obteve liminar cancelando as demissões e determinando a reabertura imediata do Call Center em Campinas. Mas, a empresa além de não reabrir, deixou os trabalhadores em estado de “inação”, sem trabalho, em casa e recebendo salários e benefício por mais de um ano.

Mais vitória: essa, na CPFL Serviços

Em 2015, mais uma vez o Sinergia CUT ganhou o dissídio na CPFL Serviços. Porém, a empresa judicializou a questão pois não quer a representação do Stieec/Sinergia CUT. Paralelo a isso, o Sindicato tem uma ação judicial junto com o MPT na Justiça, em que pede que a representação nessa empresa seja do Stieec/Sinergia CUT. Esse processo está em andamento, com tramitação favorável ao Sindicato. Tá valendo lutar!



CEESP UM NEGÓCIO DA CHINA!

Depois do desmonte, governo de SP desiste da geradora e a chinesa CTG assume o maior parque gerador de energia elétrica dos paulistas

CEESP made in China. Desde o último dia 25, os novos donos do maior parque de geração de energia elétrica de SP, terceiro do Brasil, são os chineses controladores da China Three Gorges (CTG) que, sem concorrentes, venceram o leilão e levaram as usinas Jupiá e Ilha Solteira pelos próximos trinta anos.

As duas usinas, com potência instalada de 5.000 megawatts, formaram o principal lote do leilão das 29 hidrelétricas arrematadas, o que garantiu ao governo federal a injeção de R\$ 17 bilhões para reduzir o déficit, sendo que R\$ 11 bilhões devem entrar para os cofres públicos ainda em 2015 e o restante no primeiro semestre do ano que vem.

Para ficar com as usinas da CESP, a multinacional chinesa ofereceu R\$ 13,8 bilhões, valor que corresponde a 80% do total que o ministro da Fazenda pretende socorrer as contas públicas.

Lá dentro...

Do lado de dentro da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), onde ocorreu o leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), empresários, banqueiros e investidores engravatados lotaram a sala do pregão onde todas as usinas foram arrematadas, praticamente sem deságio. Disputa mesmo, só por uma usina de Goiás.

De resto, tudo pareceu jogo combinado. Os chineses da CTG, donos da usina Três Gargantas, a maior do mundo, acompanhados de representantes brasileiros e assessores de comunicação, só esperaram a batida do martelo e sequer participaram da coletiva de imprensa. Nenhuma satisfação sobre o futuro das geradoras ou dos novos rumos do negócio na prestação de serviço público.

... ausência do Alckmin...

Mas o que chamou mais a atenção foi a ausência do governo Geraldo Alckmin, o único que decidiu não participar do leilão, abrindo mão do controle das principais empresas de geração dos paulistas e colocando em risco o emprego de cerca de 450 trabalhadores qualificados.

Ao contrário dos governadores de Minas Gerais e do Paraná, também tucanos que não aderiram ao acordo proposto pela lei federal 12.783/2013. O governo mineiro disputou e a Cemig arrematou as 18 usinas leiloadas. Já o Paraná continuou com a operação da



Trabalhadores protestam durante leilão

usina Capivari/Cachoeira sob controle da Copel, mas perdeu Mourão I para a italiana Enel, que ainda assumiu a usina paulista de Paranapanema.

O governo de Santa Catarina também ficou no controle de cinco usinas - Bracinho, Cedros, Palmeiras, Garcia e Salto - enquanto que a estatal Celg, de Goiás, arrematou a geradora de Rochedo.

Para Gentil Teixeira de Freitas, presidente da Ftuesp, a ausência do governo Alckmin é reflexo do desmonte do setor no estado de SP. "O estado não tem política de energia. Nos últimos vinte anos, sucateou as estatais energéticas e foi entregando tudo para o capital privado. Esse leilão só ocorreu porque Alckmin não renovou as concessões e preferiu ganhar dinheiro às custas da venda do patrimônio público e de prejuízos à população", denuncia.

... críticas às regras do leilão...

O governo federal também é alvo de crítica dos sindicalistas. A aprovação da Medida Provisória (MP) 688, na noite da véspera do leilão, modificou as regras das concessões adotadas durante o governo Lula e é um retrocesso aos anos FHC.

"Com essa MP, os futuros controladores não têm riscos como os decorrentes de uma crise hídrica e estão autorizados a transferir para os consumidores o custo da energia mais cara fornecida pelas termelétricas em caso de baixa capacidade de produção das hidrelétricas" alerta Carlos Alberto Alves, presidente do Sindicato dos Eletricitários de Campinas. "Sem falar no rompimento do acordo com o Ministério de Minas e Energia que, por orientação da Fazenda, anulou a garantia de emprego por cinco anos", completa.

... e preocupação com trabalhadores

Apesar de várias tentativas de contato com os chineses durante o leilão, dirigentes da Ftuesp e do Sindicato não foram atendidos pelos novos controladores para manifestar preocupação com o futuro dos empregos no setor.

Na única oportunidade depois de batido o martelo, a entrevista coletiva, o representante da CTG também se ausentou sem responder nenhuma pergunta. Ainda assim, a jornalista das entidades insistiu na pergunta: qual a política de RH em relação aos cerca de 450 trabalhadores impactados pela venda?

Resposta da assessora de comunicação dos chineses: "A nova empresa pretende fazer todos os esforços para manter as equipes. Como estamos iniciando operações no Brasil, vamos fazer investimentos. Então as pessoas que estão na operação são identificadas como as que podem tocar o negócio. A ideia é manter sim".

Lá fora...

Bem antes do leilão, sindicalistas e trabalhadores já estavam em frente à Bovespa para um ato de protesto contra a venda das usinas de Jupiá e Ilha Solteira, em defesa da manutenção dos empregos dos eletricitários até para garantir a qualidade da energia que chega à população.

Para denunciar os riscos da venda, Sinergia CUT e Ftuesp distribuíram uma Carta Aberta à População. "A desculpa é a necessidade de arrecadar R\$ 17 bilhões com a venda de patrimônios públicos, sem levar em conta os prejuízos causados aos consumidores e trabalhadores", destaca o documento.

E justifica: "Isso porque as regras do leilão agora permitem que até 30% da energia gerada sejam comercializados no mercado livre, aumentando o lucro dos novos compradores e certamente o preço da conta de luz dos consumidores. Os novos compradores também não são obrigados a contratar os atuais trabalhadores, profissionais experientes e qualificados, podendo apostar na terceirização e no aumento dos acidentes de trabalho. Conclusão óbvia: além de autorização para aumentar as tarifas, o leilão coloca em risco empregos, direitos trabalhistas e principalmente a qualidade da energia que chega à população. Uma conta que não é nossa!".



Dirigentes do Sinergia CUT e da Ftuesp...



... acompanham o leilão das geradoras



Protesto denuncia desmonte tucano...



Chineses da CTG dão lance único...



... e compram Jupiá e Ilha Solteira



... com faixas, pirulitos e carta aberta